

São Paulo, Julho de 2024


PCdoB 65
SÃO PAULO



orutpat
neque pede est s
ehicula primis, tristique s
n gn ipsum montes m uris

Dolor ligul nonummy met inceptos vehicula
ommodo, qu m eleifend lobortis molestie et,
nte t urn , enim null tempor tortor ut, fri
istique, l cus bibendum sit nunc, erat curabitur
onec et velit vestibulum dipiscing, aene
n retr . Convallis non consecetuer sce
iqu m ligul proin leo, dui cr s suscipit
em m ttis null m neque nunc liquet, risu

Nibh rcu di m c, c leo commodo in est
acidunt. Suscipit ac donec, fringill in, massa vulpu
elit. Est justo ugue n toque gr vida, in faucibus sit in,
n tibus neque felis. S pien sed insum conubia pho

the Army Raden Sud
24 January 1916[a] -
ing Indonesia militan
n National Institutio
nesian National Arme
respected
Purbalingga, but h
acap in 1916 and
gent student at a
ame respected withi
Islam. After oppin
he became a teacher an
master at Muhammadiyah elementary
the Japanese occupied the Indies in 1942,
to teach before joinin
ered Indonesia's Home
nder 3 years in 1944
rebelled





**O bem comum é o bem
de toda gente.**

A luta feminista é a luta de todos.

A teoria emancipacionista entende que só é possível emancipar as mulheres emancipando toda a humanidade, e que só é possível libertar a humanidade, libertando-se as mulheres das opressões seculares que sofremos. São conceitos interligados que guiam a ação do Partido Comunista do Brasil.

Enquanto buscamos a emancipação do povo e, conseqüentemente, a libertação das mulheres, seguimos na luta por direitos e avanços que sejam conquistáveis aqui e agora.

Esta cartilha traz ideias, análises e propostas para contribuir com políticas, projetos e ações que melhorem a vida das mulheres e do povo, neste momento em que iremos às urnas expressar nossa esperança pelo bem de toda a gente.

A eleição municipal de outubro propicia grandes discussões sobre o tipo de cidade e de país que queremos. E nós conclamamos as mulheres do Estado de São Paulo a entrarem nesse debate, porque temos capacidade para interferir na política e pôr em pauta as questões que afligem toda a população.

Nossa presença humaniza, qualifica e traz senso prático à política, por isso te convidamos: #VemProPCdoB, participe das lutas, exerça sua cidadania. Saudamos as candidaturas de mulheres e homens que honram a nossa história e que abraçam esta agenda pela centralidade das mulheres nas grandes decisões do país.

Boa leitura!



<u>PCdoB, o centenário partido das mulheres</u>	<u>06</u>
<u>“Ser comunista é bom demais”</u>	<u>07</u>
<u>Leci atua em benefício das mulheres</u>	<u>08</u>
<u>Eleger comunistas e progressistas nesta eleição</u>	<u>09</u>
<u>Mulheres são mais progressistas que os homens</u>	<u>10</u>
<u>“PL do Estupro” reavivou movimento de mulheres</u>	<u>11</u>
<u>Caravana Mulheres pelo Brasil</u>	<u>12</u>
<u>Fórum estadual de mulheres do PCdoB</u>	<u>13</u>
<u>Nascemos com o dever de cuidar?</u>	<u>14</u>
<u>Capitalismo quer que sejamos apenas cuidadoras</u>	<u>15</u>
<u>Quase o dobro de tempo nos afazeres domésticos</u>	<u>16</u>
<u>Política de Cuidados é urgente para o Brasil</u>	<u>17</u>
<u>Cidades podem reduzir a carga das mulheres</u>	<u>18</u>
<u>Igualdade salarial, um passo adiante nesta luta</u>	<u>19</u>
<u>Negras sofrem mais com a desigualdade</u>	<u>20</u>
<u>Relatório confirma desigualdade no trabalho</u>	<u>21</u>
<u>Pauta pode direcionar a política econômica</u>	<u>22</u>
<u>Tarcísio é governador antipovo</u>	<u>23</u>
<u>Governo da truculência</u>	<u>24</u>
<u>Governador congelou verba para mulheres</u>	<u>25</u>
<u>Estado não tem policiais para delegacias 24 horas</u>	<u>26</u>



Lei Maria da Penha	26
Municípios devem atuar	27
#PelaVidaDasMulheres	28
Enfrentar a violência política que nos atinge	29
Senado lançou Cartilha da Vereadora	30
200 anos de conquistas femininas na história do Brasil	30
Cidade democrática precisa ser antirracista	31
Medidas para enfrentar o racismo	32
Atlas 2023: Violência contra pessoas negras	32
Cidades precisam ser boas para viver	33
Prefeituras devem ter secretaria de mulheres	34
Saneamento básico	34
Saúde pública e gratuita para toda a população	35
Educação para o desenvolvimento humano	36
Habitação é indispensável à dignidade humana	38
Emprego, renda e dignidade para quem trabalha	40
Políticas públicas específicas para as jovens	41
Mais mulheres na ciência	42
Guia Eleitoral do PCdoB	42
Orlando orgulha o PCdoB	43
Fique em dia com as notícias do Partido	44
Expediente	45

d



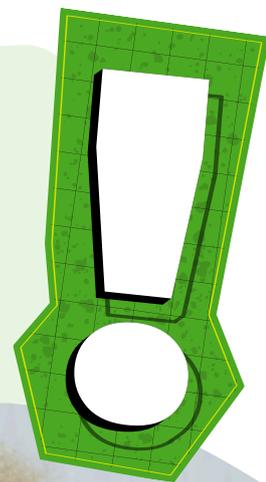
Na eleição de 2022, o PCdoB foi o partido que melhor cumpriu a legislação sobre verbas para candidaturas de mulheres e de negras e negros. A lei prevê que, para distribuição da verba eleitoral, os votos nessas candidaturas contam em dobro. Naquela eleição, os votos em nossas candidatas representaram 51,6% da votação total do partido, e a votação nas candidaturas negras significou 72% do total. Em 20 anos, foi o partido que mais teve deputadas na Liderança da bancada federal.

São alguns indicadores da relevância que damos – na prática – à presença das mulheres no cotidiano partidário, seja nos cargos de direção, nas disputas eleitorais e nos mandatos parlamentares, ou à frente de movimentos, entidades e instituições. Exemplo maior é a presidência do PCdoB que há quase dez anos é exercida por Luciana Santos, que já foi prefeita de Olinda (PE), deputada, vice-governadora e é a atual ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação. Aqui no estado, há 14 anos temos como representante na Assembleia Legislativa a artista Leci Brandão, mulher negra do primeiro time da cultura brasileira e que engrandece o Partido.

No PCdoB, único partido com mais de cem anos no Brasil, as mulheres trazem inteligência, dinamismo, comprometimento e capacidade para combater o obscurantismo da extrema direita; denunciar o machismo, o sexismo e o racismo arraigados na sociedade e na política brasileiras; e conduzir lutas pela democracia, por direitos, pelo protagonismo feminino na vida do país.

Entretanto, mesmo diante dessa permanente preocupação em promover lideranças que representem a multiplicidade de perfis da população, precisamos aumentar a quantidade de filiadas e avançar na formação de novos quadros mulheres que possam não apenas dirigir o partido em diferentes instâncias, como também disputar e vencer eleições, ocupar postos em governos e instituições públicas, liderar o movimento popular e sindical e se destacar na ciência, na cultura, economia, medicina, agricultura, educação, literatura, esporte, etc.





A declaração é da deputada estadual Leci Brandão, que desde 2011 representa o PCdoB na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Nesse período, ela apresentou muitos projetos que beneficiam parcelas consideráveis da população paulista, em particular as mulheres. Entre as propostas aprovadas estão o Dia Estadual da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e o Prêmio Theodosina Ribeiro, em homenagem a mulheres que se destacam em suas atividades.



Rodrigo Costa/Alesp

Em reconhecimento à sua defesa da cultura, dos direitos humanos, da justiça social e da democracia, no

No dia 5 de junho, Leci foi condecorada pelo presidente da Alesp, André do Prado, com o Colar de Honra ao Mérito Legislativo, a mais alta honraria concedida pela Casa.

Leci é coautora, com deputadas de outros partidos, do projeto de lei 1.177/2019, que cria o programa Menstruação Sem Tabu, prevendo distribuição gratuita de absorventes para meninas e mulheres pobres e várias outras ações. A proposta foi aprovada pelos deputados mas vetada pelo governador Tarcísio de Freitas, que demonstra não gostar das mulheres – felizmente a lei federal foi regulamentada pelo presidente Lula e está em vigor!



Assista à fala da Leci: <https://www.instagram.com/reel/C7HM8tILfqC/?igsh=MW84bmduNzUzd2l3bg==>





Preocupada com as questões que afetam diretamente as mulheres, ela protocolou propostas em várias áreas, entre as quais destacamos o projeto que concede gratuidade temporária no transporte coletivo público do estado para mulheres vítimas de violência doméstica; projeto que veda a nomeação para cargos comissionados do estado de pessoas que tenham medidas protetivas de urgência contra si; um que institui o ensino da Lei Maria da Penha nas escolas; outro que trata de prevenção da violência obstétrica no âmbito da assistência perinatal; e outro que obriga maternidades, casas de parto e estabelecimentos hospitalares congêneres a permitir a presença de doulas durante todo o período de trabalho de parto e pós-parto, sempre que solicitado pela gestante.

Infelizmente, o perfil conservador da maioria da Assembleia Legislativa, sendo boa parte pertencente à extrema direita, quase não facilita aprovação de pautas que favorecem a população que mais precisa do Poder Legislativo. Palmas à nossa deputada, que persiste na luta mesmo atuando num ambiente desfavorável.





Esta eleição municipal de 2024 tem como ponto central eleger candidaturas do PCdoB e outras candidaturas democráticas e progressistas para prefeituras e câmaras de vereadores. Isso é fundamental para fortalecer o nosso campo político e garantir o êxito do governo do presidente Lula para que ele consiga cumprir o programa que foi vitorioso na eleição de 2022. O sucesso deste governo que ajudamos a eleger é essencial para instalar um novo ambiente político no país e implementar o projeto mudancista.

A agenda da extrema direita nos últimos anos atacou frontalmente os direitos conquistados pelas mulheres e desmontou políticas públicas implementadas ao longo de décadas. Entre as primeiras medidas do presidente Lula, em 2023, constavam a criação do Ministério das Mulheres, a Lei da Igualdade Salarial e a retomada do programa Casa da Mulher Brasileira, visando a restabelecer gradualmente aquilo que o bolsonarismo havia liquidado.

Com essas e outras medidas, Lula já mostrou em um ano e meio que seu governo é benéfico para as mulheres. Cabe-nos organizar o povo para garantir a sustentação política necessária e ao mesmo tempo cobrar ousadia do governo para avançar muito mais.

Para esse avanço, é imprescindível derrotar o bolsonarismo, que permanece articulado no país e

agindo em conluio com a extrema direita internacional, incensada pelas poderosas plataformas digitais – chamadas big techs. Continua necessária a política de frente ampla com todos os aliados que tenham esse mesmo objetivo.

Devemos estar vigilantes na luta pela democracia e para tornar o Brasil um país melhor, sabendo que um Brasil novo, soberano, com justiça social, só será possível tendo o povo no controle do poder político e as mulheres com protagonismo.

Nossas candidaturas devem trabalhar firmemente pela vitória do polo democrático e popular nos municípios, assim como buscar novas conquistas para as mulheres. Dentro desse esforço, temos o projeto próprio do Partido, para que esse momento de amplo debate e mobilização resulte em crescimento eleitoral e organizativo do PCdoB no estado. Toda a nossa energia e capacidade militante devem voltar-se para esse objetivo, tendo em conta que a maioria do eleitorado é feminina e tem ideias e visão de mundo mais avançadas.



Seguindo uma tendência internacional, estudo recente da Genial/Quaest mostra que, de maneira geral, as mulheres brasileiras dos 18 aos 60 anos são mais abertas a mudanças do que os homens, sendo que aquelas da faixa de 16 a 29 anos são



majoritariamente progressistas, em temas como legalização do aborto, cotas raciais e desarmamento civil.

Esses são alguns dos temas que o bolsonarismo mais rechaça. Não à toa, em 2022 Lula teria vencido a eleição em primeiro turno se dependesse apenas do eleitorado feminino.

As mulheres mais jovens exercem forte militância em favor de muitas pautas avançadas, nas periferias, universidades, escolas, grupos culturais, startups e outros ambientes onde fervilham a criatividade, a rebeldia e o sentimento de mudança. É cada vez maior a quantidade de grupos feministas em todo lugar, mas boa parte delas – ou mesmo a maioria – não tem vínculos com agremiações partidárias.

Nós, que temos militância num partido historicamente feminista, sabemos o quanto a vivência partidária enriquece a nossa capacidade de incidir de modo mais direto, imediato, assertivo e embasado nas lutas cotidianas.

Temos, então, a oportunidade de dialogar com essas ativistas e convidá-las para a nossa convivência, ajudando-as a incrementarem seu repertório político ao mesmo tempo que fortalecemos nossa legenda. Isso é o revigoramento partidário que temos de exercitar nesta campanha eleitoral.

Fonte: [Mulheres da geração Z lideram adesão a ideias progressistas no Brasil](#)





“Criança não é mãe”. “Estuprador não é pai”. “Estupro não é formação de família, é crime”. Frases que estamparam cartazes e camisetas nas ruas de todo o Brasil a partir de meados de junho, quando milhares de mulheres e homens se revoltaram contra o Projeto de Lei (PL) 1904/2024, que acabara de ser votado como urgência pela Câmara dos Deputados.

Conhecido como “PL do Estupro” ou “PL da gravidez infantil”, esse retrocesso civilizatório defendido por deputados da extrema direita equipara o aborto legal após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio, tornando a pena da vítima maior que a do estuprador. Esses deputados fundamentalistas desconsideram que, em 2022, o Brasil registrou a maior quantidade de estupros da história, com aumento de

estupro de vulneráveis, sendo que a maioria dos abusos ocorre dentro de casa, que deveria ser ambiente seguro para mulheres e crianças.

O aborto legal é importante conquista das mulheres brasileiras, assegurada pela nossa legislação em casos de estupro, fetos anencéfalos e risco de morte da gestante. Diante da reação massiva e instantânea, o presidente da Câmara recuou, mas não retirou o PL da pauta. Por isso, a luta continua, pelo arquivamento dessa aberração que reforça a cultura do estupro. Abaixo a #BancadaDoEstupro no Congresso Nacional! Pela vida das mulheres e meninas, não aceitamos retrocessos.



Sueli Scutti





A Secretaria Nacional de Mulheres do Partido, dirigida pela camarada baiana Daniele Costa, realizou em São Paulo, nos dias 15 e 16 de dezembro, a primeira rodada da “Caravana Mulheres pelo Brasil – Por um País com Equidade e Mais Mulheres na Política!”, que está percorrendo várias regiões do país levando debates, formação política e atividades culturais.

Neste link, você pode ler mais sobre a caravana, acessar fotos e outros conteúdos relacionados ao evento e ver o vídeo sobre os dois dias de atividades: <https://mulher.pcdob.org.br/2024/01/10/pcdob-lanca-video-sobre-seminario-que-deu-pontape-inicial-da-caravana-mulheres-pelo-brasil/>.

Como desdobramento da Caravana nacional, alguns diretórios distritais do Partido na Capital estão realizando eventos com a presença do pré-candidato a vereador Claudio Fonseca, para debater algumas das nossas pautas, como a defesa da educação pública, creches, escola de tempo integral e cursos profissionalizantes. Recomenda-se que todos os municípios façam o mesmo, porque a ocasião é propícia à elaboração de um programa de ação a ser encampado por candidatas e candidatos às prefeituras e câmaras municipais.

a
d
n
me
g jo



No dia 11 de maio, a Secretaria de Mulheres do PCdoB do Estado de São Paulo realizou – em formato presencial e online – o 1º Encontro do Fórum Estadual de Luta Pela Emancipação das Mulheres, com a presença de secretárias municipais e lideranças feministas do Partido. O destaque foi a aula “A concepção emancipacionista da luta das mulheres”, proferida pela professora Mariana Venturini, doutoranda em Ciências Sociais e integrante dos comitês Central e Estadual do PCdoB.

Mariana abordou a origem histórica e os fundamentos da opressão das mulheres, o papel do patriarcado, a crise sistêmica do neoliberalismo que provoca a “volta ao lar” para que as mulheres se ocupem com os cuidados, as origens do feminismo emancipacionista, o entrelaçamento entre classe, sexo/gênero e raça, a Teoria da Reprodução Social, a

presença do Partido Comunista na luta das mulheres e os desafios contemporâneos para a militância feminista do PCdoB, como a defesa dos pontos positivos do governo Lula, a disputa política dentro da frente ampla que elegeu esse governo e a luta por mais avanços, conforme prometido na campanha de 2022.

O encontro teve participação de 21 municípios (Americana, Cajamar, Campinas, Carapicuíba, Cotia, Embu das Artes, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Lins, Osasco, Paulínia, Pindamonhangaba, Piracicaba, Santo André, Santos, São Carlos, São Paulo, Sorocaba, Suzano, Taubaté e Várzea Paulista). Veja no Expediente desta cartilha qual é a composição do Fórum.

Julia Roland, a secretária responsável, disse na ocasião que um dos objetivos do momento é consolidar o trabalho das novas secretárias de Mulheres – eleitas ou reeleitas nas conferências partidárias de 2023 – e contribuir para a eleição de vereadoras e vereadores comunistas neste ano, inclusive ajudando a formular propostas que nossas candidaturas possam defender durante a campanha e, depois, nos futuros mandatos. A produção desta cartilha é parte deste plano.





Os brasileiros vivem mais a cada ano, especialmente as mulheres, que formam a maioria da população e costumemente são as cuidadoras da casa, dos filhos, dos enfermos e dos idosos, em particular nas famílias de baixa renda ou sem nenhuma renda. Somos nós também que nos preocupamos em garantir o sustento da família e o pagamento das contas. Se o dinheiro não é suficiente, é sobre os nossos ombros que recai a responsabilidade.

Os dados comprovam. Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PnadC) relativa ao 3º trimestre de 2022, dos 75 milhões de lares brasileiros, 38,1 milhões (ou 50,8%) tinham as mulheres como chefes de família – ou seja, as principais responsáveis pelo sustento da casa e dos filhos. Desse total, as mulheres negras lideravam a maioria dos lares: 21,5 milhões (ou 56,5%). Se olharmos apenas para os lares de baixa renda – aqueles que recebem algum benefício governamental –, 81,6% são chefiados por mulheres.

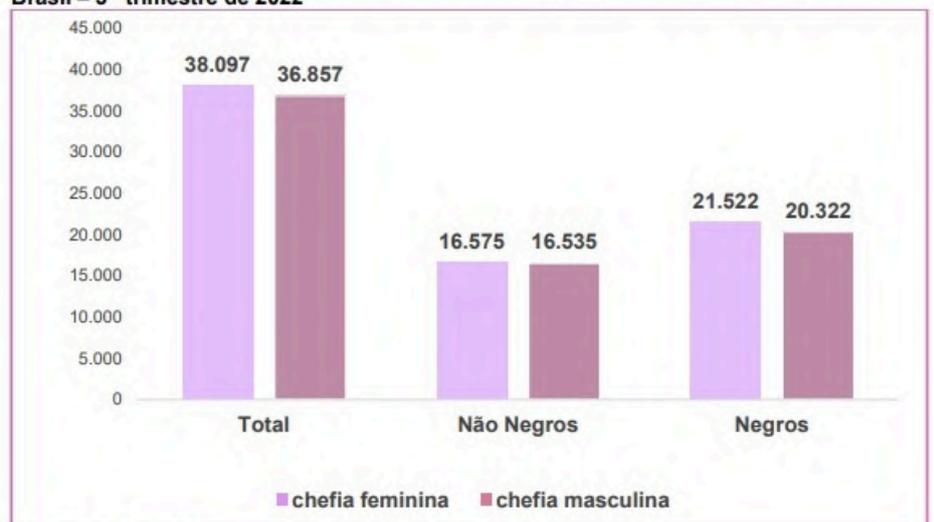
É como se a gente nascesse com o dever de cuidar, um trabalho quase sempre invisível, solitário e doméstico. E vem sendo assim há séculos, porque o sistema patriarcal criou uma ideologia que separa “coisas de mulher” e “coisas de homem”, confinando as mulheres no espaço privado – o ambiente do lar.

Essa lógica foi estabelecendo a estrutura social na qual existem trabalhos que são de homens e trabalhos que são de mulheres – a chamada divisão sexual do trabalho. Reservou-se aos homens o trabalho produtivo, remunerado, socialmente reconhecido, desempenhado no espaço público; e às mulheres o trabalho reprodutivo, não remunerado, socialmente desvalorizado, e feito no ambiente doméstico. Em outras palavras, o homem foi tido como provedor e a mulher como cuidadora. Ao mesmo tempo se consolidava a ideia de que o trabalho do homem vale mais que o trabalho da mulher.

Fonte:
As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho



Estimativa das famílias chefiadas por mulheres, segundo cor/raça da chefe de família Brasil – 3º trimestre de 2022



Fonte: IBGE. PnadC
Elaboração: DIEESE



© heike-wiechmann.de

Ao longo do tempo, entretanto, conforme as mulheres conquistavam espaços na sociedade, elas foram ocupando o mercado de trabalho e sendo obrigadas a exercer dupla ou tripla jornada diária, para dar conta da profissão, dos estudos e dos cuidados com a casa e com a família. Ou seja, nos tornamos simultaneamente provedoras e cuidadoras, ao mesmo tempo que prevaleceu o estereótipo dos homens como apenas provedores.

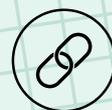
Essa jornada adicional das mulheres é um poderoso e cruel meio de perpetuação do capitalismo, porque esse trabalho reprodutivo, não remunerado, exerce papel decisivo na opressão às mulheres e no distanciamento delas dos espaços de decisão política e econômica.

E conseqüentemente reduz nossas possibilidades de incidir diretamente nos destinos do país e na luta pelo fim da exploração do trabalho. Essa é uma antiga preocupação das comunistas em todo o mundo. Há mais de 100 anos, durante a Revolução Russa de 1917, a revolucionária Alexandra Kollontai foi pioneira ao apontar a necessidade de

redução do trabalho doméstico para que a mulher trabalhadora tivesse oportunidade de “dedicar-se às noites a leituras instrutivas, distrações saudáveis, ao invés de passá-las como até agora em tarefas esgotantes.” Já naquele tempo, ela defendia existência de restaurantes e lavanderias estatais e creches públicas para as crianças, e, assim, teve papel essencial no debate internacional sobre o papel das mulheres, a divisão sexual do trabalho e o “fardo” da maternidade.

Saiba mais:

Especial 150 anos de Alexandra Kollontai, com Ana Prestes



De acordo com o levantamento “Outras formas de trabalho” feito pelo IBGE com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022, as mulheres dedicam quase o dobro de tempo que os homens aos afazeres domésticos e ao cuidado de pessoas. Em média, são 21,3 horas semanais delas, enquanto eles gastam 11,7 horas nas tarefas em casa –, sendo que as mulheres pretas ou pardas dedicam 1,6 hora a mais por semana nesses afazeres do que as brancas.

E quando se trata de cuidar de pessoas residentes na mesma casa, do total de 45,7 milhões de brasileiros que fazem esse trabalho não remunerado, as mulheres (27,7 milhões) são quase dez milhões a mais que os homens (17,9 milhões), sendo que as mulheres pretas e pardas (16,5 milhões) são quase seis milhões a mais do que as brancas (10,8 milhões) que fazem esse mesmo trabalho.

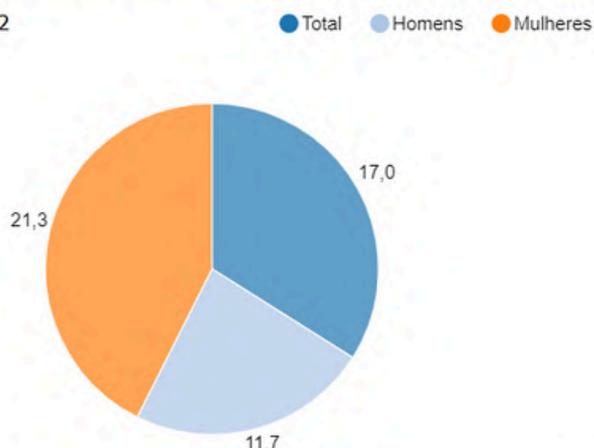
Saliente-se que, nessa aferição, o IBGE levanta dados apenas da população acima de 14 anos, mas, conforme sabido, as meninas formam imenso contingente de cuidadoras nas famílias de baixa renda, de onde

se pode deduzir que os números são muito maiores. Vale lembrar que entre os afazeres domésticos que o IBGE leva em conta estão arrumar a casa, limpar quintal, preparar refeições, lavar louça, lavar roupas, lavar carro, fazer consertos, pagar contas, fazer compras, pesquisar preços, cuidar de pets.

Fica evidente a sobrecarga, que aumenta o risco de adoecimento mental das mulheres e interfere na nossa produtividade profissional e no ganho salarial. É uma reação em cadeia, que afeta especialmente a parcela mais pobre, as mães solo, as mulheres negras e as que vivem na zona rural ou nas periferias urbanas. Elas participam menos do mercado de trabalho porque gastam mais tempo em tarefas domésticas não remuneradas, e por isso têm menos renda e são mais afetadas pela pobreza.

Variável - Média de horas dedicadas pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade aos afazeres domésticos e/ou às tarefas de cuidado de pessoas

Por semana - 2022



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 5ª visita



Fonte:

Mulheres pretas ou pardas gastam mais tempo em tarefas domésticas, participam menos do mercado de trabalho e são mais afetadas pela pobreza



Nós, feministas marxistas, combatemos desde sempre a opressão às mulheres exercida pelo sistema capitalista, patriarcal, e entendemos que, enquanto não nos libertamos desse sistema opressor, é indispensável exigir do Estado brasileiro que assuma a sua parte e assegure um rol de políticas públicas, serviços e estruturas que aliviem esses encargos das mulheres, sobretudo nesta época em que nós envelhecemos mais e, por isso, também necessitamos mais de cuidados.

É dever dos governos assegurar uma rede de equipamentos públicos de uso comum para garantir bem-estar para toda a população mas em particular para as mulheres. Escolas e creches em tempo integral, instituições de longa permanência (antigos asilos), restaurantes e cozinhas comunitárias, hortas e lavanderias públicas, redes de água, saneamento, energia elétrica e internet amplamente acessíveis.

Junto com desenvolvimento econômico, emprego em quantidade e qualidade, salários dignos, moradia decente e outras políticas sociais, educacionais, culturais, trabalhistas e previdenciárias, essas medidas precisam ser parte de uma Política Nacional de Cuidados que permita às mulheres – mães ou não – se liberarem mais do trabalho doméstico de cuidado e se inserirem plenamente no mercado de trabalho, dedicar mais horas à política, à educação formal, à ciência, ao lazer, à cultura, ao esporte e ao descanso. O ofício de cuidar não pode ser exclusivo de mulheres e meninas, precisa ser compartilhado com a comunidade em geral (incluindo os homens) e com o Estado.



Rogério Bonfim
Prefeitura de Santos-SP

Isso melhora a qualidade de vida da sociedade. E ajuda a enfrentar a violência doméstica, reduzir a jornada, garantir autonomia econômica e assegurar direitos sociais, trabalhistas, sexuais e reprodutivos. Entendemos que a relação entre mulher e trabalho deve ser prioridade na agenda feminista global, como pressuposto para caminharmos rumo à nossa plena emancipação. Lênin dizia que o fim da opressão às mulheres no ambiente doméstico seria uma das últimas fronteiras que a humanidade conseguiria superar para conquistar a igualdade entre homens e mulheres e que deveria integrar a agenda dos revolucionários desde sempre. Essa luta é central para nós, comunistas.



Fontes:

[Por uma Política Nacional de Cuidados](#)

[Seminário debate políticas públicas voltadas à autonomia econômica das mulheres](#)



Cidades podem reduzir a carga das mulheres



Horta Comunitária Agroecológica
Instituto Bioma Eco-Estudiantil

O governo federal criou em março de 2023 um Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração de uma Política e um Plano de Cuidados, com 20 ministérios e outros órgãos, como Ipea, IBGE e Fiocruz, sob coordenação do Ministério das Mulheres e do Ministério do Desenvolvimento Social. Após um ano e meio de debates e consulta pública, no dia 3 de julho deste ano o presidente Lula enviou ao Congresso Nacional o desenho da política pública de cuidados.

O debate sobre esse assunto não é novo, porém pouco avançou no Brasil em termos práticos. A novidade é que, com a criação do Ministério das Mulheres, o tema foi institucionalizado e abriu-se publicamente a discussão à sociedade. De todo modo, deve demorar mais algum tempo para que o país adote um marco legal a respeito. Enquanto isso, os municípios podem e devem adotar medidas que aliviem a carga de cuidados que recai sobre as mulheres.

Prefeituras e Câmaras de Vereadores têm poder para aprovar e implementar lavanderias coletivas, refeitórios e hortas comunitárias, instituições de longa permanência para idosos, creches e escolas infantis em tempo integral, rede de internet sem fio, planos emergenciais para criação de emprego e geração de renda, entre outras iniciativas que diminuam o encargo de trabalho doméstico e melhorem o bem-estar de sua população feminina.

São medidas com potencial para impactar a vida nas cidades, afinal o país tem 66,8 milhões de pessoas fora da força de trabalho* (gente que poderia estar trabalhando ou procurando emprego), sendo que 42,8 milhões são mulheres (ou 64,6% do total). Boa parte delas não procura emprego porque precisa cuidar de afazeres domésticos, dos filhos e de parentes, ou por não haver emprego onde residem.

Se as cidades oferecerem estrutura para elas entrarem no mercado de trabalho ou terem mais tempo livre, todas sairão ganhando, com a movimentação da economia local e a melhoria das condições de vida e da saúde física e mental das mulheres. É uma tarefa que cabe a vereadoras, vereadores e prefeitos.

* Força de trabalho são pessoas acima de 14 anos disponíveis para trabalhar – podem estar empregadas, desempregadas ou em busca de emprego.

Fontes:

[Desocupação, subocupação e ocupação: entenda os dados da Pnad.](#)



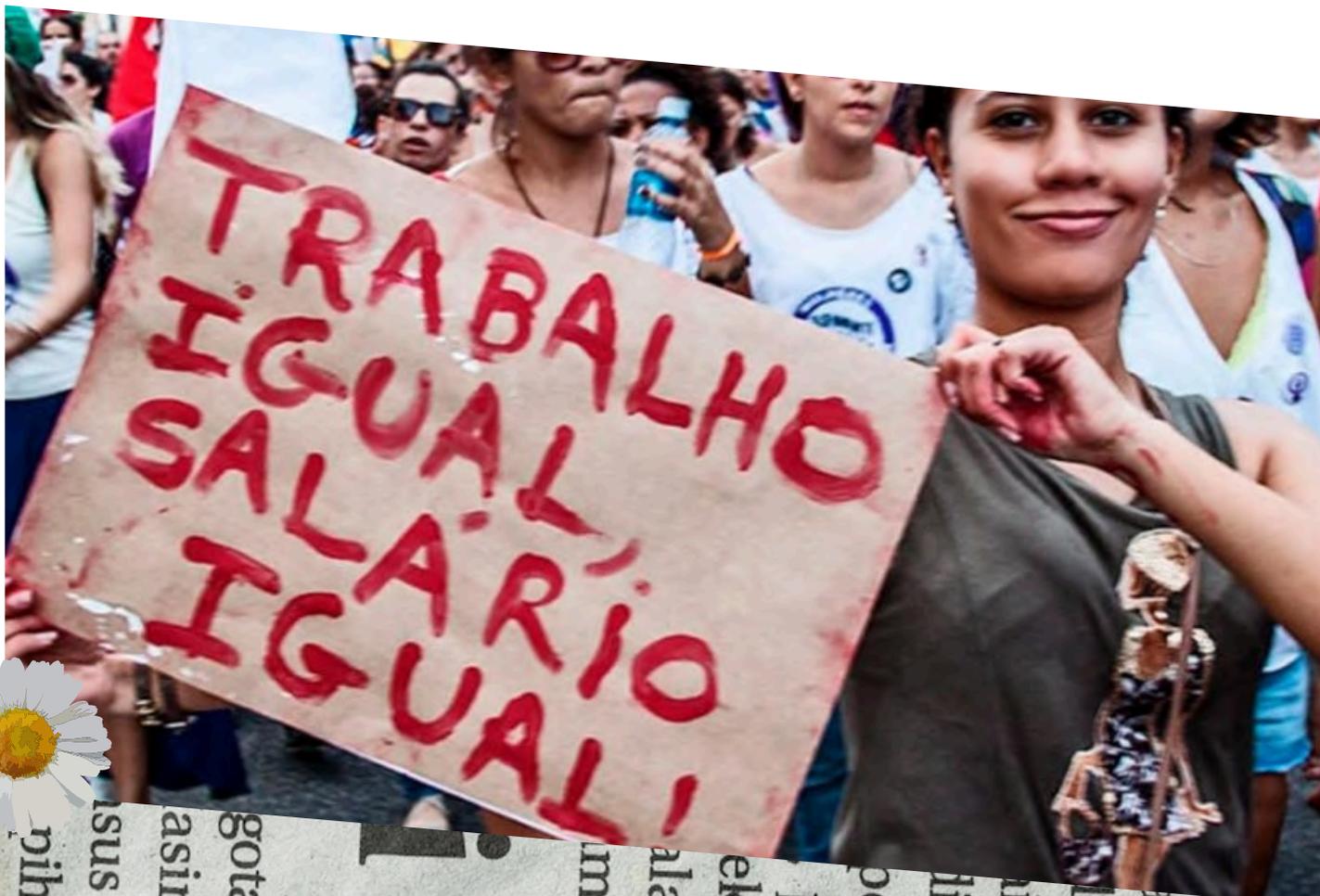
IGUALDADE SALARIAL, UM PASSO ADIANTE NESSA LUTA

Foram décadas de luta dos movimentos feministas por salário igual para trabalho igual entre homens e mulheres, até que em março de 2023 o presidente Lula enviou ao Congresso Nacional um projeto que em 3 de julho se tornou a Lei da Igualdade Salarial e de Critérios Remuneratórios entre Mulheres e Homens (Lei nº 14.611/2023). Um marco na luta pela equidade de gênero.



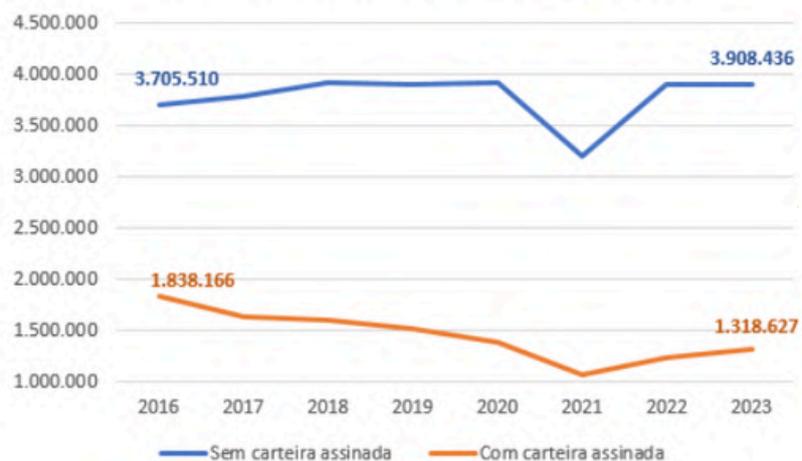
A lei reafirma a igualdade de remuneração já prevista na Constituição Federal e na CLT mas que vem sendo descumprida ao longo do tempo. Para garantir essa equiparação em trabalhos equivalentes, foi alterado o artigo 461 da CLT e adotadas multas que podem chegar a 3% sobre a folha de pagamento para empresas que desrespeitarem. Além disso, obriga as empresas com mais de 100 funcionários a divulgarem relatórios de transparência salarial, abrir canais para denúncias de discriminação salarial, incentivar diversidade e inclusão no quadro de funcionários, capacitar trabalhadoras e promover mais mulheres a cargos de direção.

A reação do grande empresariado foi imediata, de tal modo que confederações patronais impetraram Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal visando postergar a aplicação da nova lei. No próprio Congresso Nacional, deputadas da extrema direita protocolaram projeto de decreto legislativo para suspender a regulamentação da lei.



Estamos cientes de que há um caminho para assegurar na prática aquilo que está escrito na lei, porque é preciso mudar a cultura secular da desigualdade que permeia as relações políticas, sociais, trabalhistas e de gênero no Brasil, e mais ainda quando se trata das mulheres negras, que constituem a maioria da população feminina e são as mais afetadas por desemprego, subemprego e salários

Gráfico 6 – Total de mulheres trabalhadoras domésticas com e sem carteira assinada, 2016-2023



Fonte: *Elaboração própria. Dados do IBGE – vários anos.*

baixos. Para elas, que estão na base da pirâmide em qualquer setor, a igualdade é um sonho ainda mais distante.

Basta considerar que as mulheres pretas e pardas compõem a imensa maioria das empregadas domésticas no país e, embora haja lei de proteção trabalhista para elas desde 2013 (a chamada PEC das Domésticas), fato é que elas trabalham em peso na informalidade, conforme se vê no gráfico. Do total que passa de 5 milhões mulheres trabalhadoras domésticas, quase 4 milhões não têm carteira assinada. Nessa condição, não se pode falar em igualdade no mundo do trabalho.

Por isso, devemos nos manter vigilantes e cobrar das autoridades a máxima aplicação da lei, em todas as esferas do mercado de trabalho, seja na iniciativa privada, seja no setor público. Afinal, salário justo e igual é parte da busca por autonomia econômica para as mulheres e por um país desenvolvido. Conforme disse Carlos Drummond de Andrade, "As leis não bastam. Os lírios não nascem das leis". Numa releitura das palavras do grande poeta mineiro, não devemos esperar que a lei funcione espontaneamente a nosso favor, só a luta nos garante conquistas e avanços.

one to learn.
our initiative

Em março deste ano, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Ministério das Mulheres divulgaram o 1º Relatório de Transparência Salarial, que confirma o já sabido: mulheres ganham 19% menos que os homens e apenas 32% das empresas têm políticas de incentivo à contratação de mulheres. Quando se trata de subir na carreira, as mulheres têm muitos obstáculos a mais que os homens. Essa é a síntese dos dados enviados ao governo por 49.587 empresas com mais de 100 empregados, que, juntas, somam 17,7 milhões de empregados.

Além de as mulheres ganharem menos que os homens, constatou-se outro fato também já conhecido: os trabalhadores negros ganham menos que os brancos e a mulher negra ganha menos que todos os demais. Conforme vimos em outros textos desta cartilha – e o relatório aponta isso –, as mulheres continuam sendo consideradas as principais responsáveis pelos cuidados dos filhos e contam com pouco apoio de seus empregadores para cumprir essa tarefa concomitantemente com o trabalho profissional. Apenas 17% das empresas têm licença maternidade ou paternidade estendida. E só 21% delas oferecem auxílio-creche aos funcionários.

Para além de seu objetivo intrínseco e de permitir que o governo e os tribunais atuem pela sua real implementação, a nova lei da igualdade salarial tem o grande mérito, neste momento, de mostrar a urgência do combate às desigualdades no âmbito do trabalho. E fortalece nossa convicção da necessidade de campanhas por empregos decentes, salário igual e condições dignas de trabalho para as mulheres; políticas públicas de enfrentamento à sobrecarga doméstica; reforço ao papel das secretarias de mulheres dos sindicatos, para que fortaleçam as demandas das trabalhadoras nas campanhas salariais, por mais capacitação profissional das trabalhadoras e presença delas nas direções dos sindicatos.

Fonte:

Mulheres recebem 19,4% a menos que os homens, aponta 1º Relatório de Transparência Salarial

- O salário mediano de contratação das mulheres negras (R\$1.566,00) corresponde a 82% da média (R\$1.901,00), enquanto o dos homens não negros era 19% superior à média
- A remuneração média das mulheres (R\$ 3.041,00) equivale a 68% do valor médio (R\$4.472,00), e o salário dos homens não negros era 27,9% maior que o valor médio

Valor da remuneração média e do salário mediano de contratação, por sexo e etnia e raça Brasil, 2022 (em reais)



Fonte: MTE. eSocial. Rais.



Além dos pontos já mencionados, cabe-nos melhorar o entendimento sobre a crise do capitalismo e sua crescente apropriação do trabalho gratuito de cuidado feito pelas mulheres; elevar a compreensão de que o capitalismo aprofunda as desigualdades e aumenta a exclusão de milhões de trabalhadores via desemprego e informalidade, e que a saída é o desenvolvimento do país por meio de massivo investimento público, crescimento econômico, geração de emprego e distribuição de renda, tendo o nosso Novo Programa Nacional de Desenvolvimento – o caminho brasileiro para o socialismo – como perspectiva de avanço econômico, social e humano.

Essa pauta é essencial também para forçar o governo Lula a direcionar sua política econômica para a reindustrialização e o desenvolvimento nacional, não para austeridade fiscal e pagamento de juros. O presidente inclusive lançou em janeiro deste ano o programa Nova Indústria Brasil com objetivo de estimular uma indústria inovadora, sustentável e competitiva, que gere empregos de qualidade e agregue mais valor aos produtos brasileiros. O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, sob comando da nossa presidenta Luciana Santos, está integrado a esse esforço, afinal não há país desenvolvido sem indústria forte.

O país precisa privilegiar quem trabalha, quem produz a riqueza, quem faz a nação progredir. Basta de beneficiar a oligarquia financeira que vive de especulação com dinheiro alheio! Aos movimentos sociais, aos partidos progressistas, às instituições democráticas e ao povo trabalhador cabe defender essa agenda.

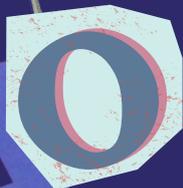
Ricardo Stuckert/SIP



Saiba mais:



[Governo anuncia nova política para desenvolvimento da indústria](#)



FEMINISM



O governador do Estado de São Paulo exerce um governo contra o povo. Na Educação, ele fechou salas de aula, vetou proteção a professores vítimas de violência (que incluía atendimento psicológico), inseriu conteúdos da extrema direita no material escolar, enviou para a Assembleia Legislativa uma proposta de emenda constitucional que corta R\$ 9 bilhões do ensino, confirmou intenção de adotar inteligência artificial para preparar aulas e decidiu privatizar 33 novas escolas da rede estadual.

Ele dá sequência ao privatismo iniciado pelo antecessor, João Dória, entregando vários bens públicos para empresas privadas. O patrimônio mais cobiçado é a Sabesp, a empresa de água e saneamento que atende 375 municípios paulistas e que teve a privatização aprovada pela Alesp e por câmaras de

vereadores, sob forte pressão e repressão por parte do governo estadual contra os sindicatos e outros movimentos contrários. A população vai pagar mais caro pela conta de água.

O Palácio dos Bandeirantes também deu um presente aos latifundiários que ocupam terras públicas ilegalmente no estado. Com uma nova lei apresentada pelo governador, eles terão prazo até 2026 para comprar essas terras com até 90% de desconto. Em vez de distribuir terras para quem não tem um pedaço de chão para viver, o governo estadual privilegia os fazendeiros que se apossaram de terras públicas para seu uso particular.

Mas isso não é tudo. O governador gosta de vetar leis que beneficiariam quem mais precisa. Entre outras, vetou a lei Menstruação Sem Tabu (distribuição gratuita de absorventes higiênicos), vetou a lei que previa divulgação dos números telefônicos para denúncia de racismo (Disque 100 e SOS Racismo) em estabelecimentos comerciais e locais públicos do estado e vetou a lei para gratuidade do uso de ônibus no estado para pessoas com deficiência. Não esconde o DNA bolsonarista.



Fonte:

Tarcísio divide PPP das escolas em dois lotes; edital vai ser aprovado hoje



GOVERNO DA TRUCULÊNCIA

A gênese bolsonarista deu ao governo de Tarcísio a marca da truculência no trato com quem se opõe a suas medidas. Violência policial tornou-se uma espécie de política oficial, e vai além das costumeiras operações em favelas e outros locais da periferia onde a população negra e pobre é sempre tratada como suspeita.

A ferocidade policial também age no ambiente das lutas sociais. Em maio deste ano, três episódios contra estudantes comprovam isso. Em Pirituba, Zona Norte da Cidade de São Paulo, uma viatura da PM acelerou sobre alunos que protestavam contra o fechamento de salas de aula numa escola estadual.

Na Assembleia Legislativa, enquanto os deputados pró-Tarcísio aprovavam uma lei do governador para implementar escolas cívico-militares na rede estadual, o batalhão de choque fez um corredor polonês para espancar e prender os estudantes secundaristas que protestavam contra essa militarização.

Imediatamente, entidades estudantis lançaram manifesto contra a violência policial e em repúdio ao sucateamento da educação, à criminalização dos movimentos sociais e ao cerceamento da liberdade de manifestação. Dias depois, novo ato de covardia policial. Desta vez, a PM agrediu estudantes dentro da Faculdade de Direito da USP. “Estudante não é caso de polícia” e “Escola não é quartel” eram palavras de ordem dos jovens que reivindicavam passe livre estudantil, reversão da privatização da Sabesp e ampliação das câmeras corporais na farda dos soldados.

“O governo Tarcísio tem revelado ser esse o seu modus operandi para a imposição de um projeto autoritário e neoliberal. Utiliza-se da violência e das forças de repressão do Estado para silenciar e criminalizar a luta dos movimentos sociais, as mesmas que vimos há poucos meses durante a votação das privatizações dos serviços públicos...”, diz um trecho do manifesto estudantil, disponível aqui: <https://www.une.org.br/noticias/manifesto-das-entidades-estudantis-contr-a-criminalizacao-do-me>.





Em meio ao aumento dos casos de feminicídio e estupro, o governo do estado congelou a minguada verba para ações de combate às violências contra mulheres. Em 2023, foram notificados 221 feminicídios no estado, aumento de 13% comparado ao ano anterior (195). Em 73% dos feminicídios no país, o autor é um parceiro ou ex-companheiro íntimo da vítima, sendo que sete em cada dez vítimas foram assassinadas dentro de casa.

O número de estupros no ano passado – 14.504 – foi o mais alto no estado desde 2001, aumento de 9,5% comparado com 2023. Dados mostram que, em 75% dos casos de estupro, as vítimas são indefesas, seja pela idade (menores de 14 anos) ou por terem alguma deficiência ou enfermidade. Do total de registros de estupro de vulnerável, em 61% dos casos a vítima tem até 13 anos, sendo que a maioria são meninas.

A residência continua sendo o local mais perigoso, onde ocorrem 72% dos abusos, quase sempre cometidos por um familiar.

Ao mesmo tempo, o Mapa Nacional da Violência de Gênero indica que seis a cada dez mulheres vítimas de violência não procuram a polícia, preferindo procurar familiares, amigos ou a igreja antes de ir à delegacia. Isso significa necessidade de mais investimento em informação para a sociedade, em particular para as vítimas, e ampliação da rede de serviços de prevenção e atendimento.

E, diante dessa necessidade premente, o governo estadual não só destinou irrisórios R\$ 5 milhões do orçamento para essas ações, como ainda congelou 100% desse montante.



Fontes:

Com feminicídio em alta, Tarcísio congela verba de violência contra mulher

São Paulo bate recorde negativo de feminicídio e estupro em 2023

Ã



Em março de 2023, o presidente Lula sancionou a Lei 14.541/23, que determina o funcionamento ininterrupto das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, com atendimento feito, preferencialmente, em sala reservada e por policiais do sexo feminino. Nos municípios onde não houver essa delegacia especializada, a delegacia comum deverá priorizar o atendimento da mulher vítima de violência por agente feminina capacitada.

A aplicação da lei, porém, depende dos governos estaduais. O Estado de São Paulo tem apenas 140 Delegacias de Defesa da Mulher, e somente 11 funcionam 24 horas. A alegação oficial para não ampliar o atendimento das delegacias da mulher é a de que faltam policiais no estado, especialmente policiais mulheres.

Para “compensar” esse déficit, o governador decidiu que os 141 plantões policiais do estado passariam a atender por videoconferência as mulheres vítimas de agressão, em salas reservadas, tendo do outro lado da tela delegadas especializadas nesse atendimento. Ao explicar a medida, ele declarou que “[...] está buscando racionalidade de recursos [...] Se eu posso ter o mesmo resultado com um custo mais baixo, eu preciso buscar essa eficiência.” Ou seja, o que importa é “economizar” o orçamento do estado, mesmo que isso implique prejuízo às vítimas.

É preciso democratizar o acesso à segurança para toda a população feminina, mas o projeto do governador vai contra a vida das milhões de mulheres paulistas que necessitam viver em paz.

**Fonte:**

[Sem efetivo para delegacias da mulher 24h, Tarcísio anuncia atendimento remoto para vítimas](#)

Lei Maria da Penha

Desde que foi aprovada, em 2006, a Lei Maria da Penha tornou-se o guarda-chuva de toda a legislação que protege as mulheres no Brasil. A ela estão conectadas ou dela derivaram muitas outras leis federais e estaduais e toda uma rede de amparo e orientação às vítimas. Não caberiam todas neste livreto, por isso indicamos este link da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, do Tribunal de Justiça de São Paulo, que traz toda a legislação federal, estadual e municipal – são leis, decretos, portarias, protocolos, recomendações e outros instrumentos legais. Uma ótima compilação:



<https://www.tjsp.jus.br/Comesp/Legislacao>





A principal causa das violências contra as mulheres é o machismo arraigado na sociedade, que durante séculos foi “treinada” pelo sistema patriarcal para a ideia de que as mulheres são inferiores e devem submissão aos homens. Machismo que boa parte das mulheres, sem perceber, reproduz na criação dos filhos. E assim o problema vai se perpetuando.

É necessário um amplo conjunto de medidas, em várias frentes, para modificar essa cultura e redesenhar o papel social das mulheres, começando por (re)educação de meninos, meninas, homens e mulheres – das atuais e das futuras gerações.

Prefeituras e câmaras de vereadores precisam atuar de modo mais incisivo e permanente, porque há muitas medidas que cabem aos municípios, especialmente campanhas de conscientização e projetos educativos em escolas, centros esportivos, casas culturais, unidades de saúde, empresas, ônibus e trens do transporte coletivo e outros espaços de ampla circulação de pessoas. Educar para a igualdade de gênero é uma tarefa coletiva e urgente.

Exigir instalação de delegacias da mulher ou criação de equipe especializada para atuar nas delegacias convencionais é outra pauta que todas as nossas candidaturas devem empunhar.

Construir casas de mulheres, centros de referência, centros de cidadania e outros equipamentos públicos direcionados à informação, orientação e atendimento de vítimas e suas famílias também são obrigações dos municípios que ainda não contam com essas estruturas.

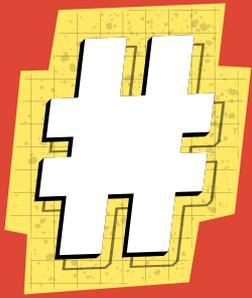
As grandes e médias cidades também podem reivindicar ao governo federal a instalação da Casa da Mulher Brasileira.



Outra iniciativa, já existente na Capital, é o Ônibus Lilás, que percorre bairros para oferecer atendimento mais ágil, assim como postos de acolhimento em terminais de ônibus e trens.

Criar Ouvidorias e a Ronda Maria da Penha para fiscalizar o cumprimento de medidas protetivas também cabe ao poder local, da mesma maneira que garantir auxílio-aluguel para as vítimas terem o mínimo de autonomia para reerguer a vida após sofrer agressões.





1. Aplicar integralmente a Lei Maria da Penha, em especial a implantação dos juizados especiais, e fortalecer a Patrulha (ou Ronda) Maria da Penha, para monitorar a segurança de mulheres que possuem medida protetiva.
2. Criar Centros Especializados de Atendimento à Mulher em situação de violência e ampliar os centros já existentes, com a devida destinação de orçamento para o seu funcionamento e capacitação das profissionais envolvidas.
3. Construir e ampliar unidades de Casa Abrigo para mulheres sob risco de morte, com garantia de vagas para seus filhos e preservação de sua segurança por meio de sigilo sobre o local.
4. Implantar Centros de Cidadania, como as Casas da Mulher, para ampliar o acesso ao mercado de trabalho, à educação, à orientação e capacitação profissional, bem como garantir acesso a atividades de lazer e cultura.
5. Expandir o acesso de mulheres em situação de violência a programas de habitação.
6. Propor lei ou programa que assegure cota de vagas de emprego nas empresas terceirizadas do governo municipal para mulheres vítimas de violência doméstica.
7. Implantar medidas como frentes de trabalho, cooperativas e cursos de capacitação profissional, para as vítimas saírem da dependência econômica do agressor e alcancarem autonomia econômica.

8. Combater a homofobia e a transfobia promover a cidadania LGBTQI+; ações para coibir a exploração sexual de mulheres, jovens e crianças; e políticas de cultura da paz e promoção da diversidade humana.

9. Criar nos municípios iniciativas como o Projeto Transcidadania e a Casa Florescer, existentes na Capital, que se destinam a acolhimento, reintegração social, resgate da cidadania e (re)colocação no mercado de trabalho para pessoas trans em situação de vulnerabilidade.

10. Fazer campanhas de prevenção e denúncia de assédio sexual no transporte público.

11. Incrementar zeladoria e iluminação públicas em todas as ruas e praças das cidades, aumentando a sensação de segurança das mulheres e adolescentes.

12. Elaborar, onde não houver, ou cumprir lei já existente que permita a mulheres e idosos descenderem fora do ponto de ônibus entre as 22 horas e as 5 horas, desde que a descida ocorra em um local que obedeça ao trajeto regular da linha e onde não seja proibido parar veículo.

13. Colocar postos da PM e das GCMs em pontos de grande aglomeração, com guardas treinados para lidar com situações de violência contra mulheres em local público.





“Sempre lutamos por mais mulheres na política. Mas para isso é preciso assegurar um ambiente saudável para que atuem. A violência política de gênero e de raça impede muitas mulheres de se candidatarem, serem eleitas e atuarem com dignidade, livres de todas as formas de violência”, diz a Manuela D’Ávila, organizadora do livro “Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil”. Ela é uma das principais vozes de enfrentamento às agressões propagadas e cometidas contra mulheres na esfera política, seja no mundo físico, seja no ambiente virtual.

A violência política de gênero pode ser física, psicológica, moral ou sexual. São atos contínuos com a intenção de limitar ou impedir a participação da mulher na política. Elas sofrem, ao mesmo tempo, várias agressões que se interligam, num rol de atos criminosos que vão de ataques à vida pessoal, misoginia, sexismo e ridicularização nas tribunas e nas redes sociais, ofensas à imagem física e à capacidade intelectual, ameaças de violência sexual, até agressão contra si e suas famílias.

Esse tipo de violência se estende também a pessoas negras, da comunidade LGBTQIA+, pessoas com deficiência, indígenas e quilombolas que ousam adentrar o território da política tradicionalmente ocupado por homens, em geral das camadas econômicas mais privilegiadas, que vão se perpetuando no poder de geração para outra. A reação dos poderosos é violenta, em variados formatos de violência.

Em São Paulo, a Procuradoria Regional Eleitoral e a Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, braços do Ministério Público Federal, constituíram em 2022 o Fórum Paulista contra Violência Política, do qual a União Brasileira de Mulheres faz parte, e lançaram a “Cartilha sobre violência política e violência política contra as mulheres”, que pode ser vista aqui: <https://www.mpf.mp.br/presp/publicacoes/cartilha-sobre-violencia-politica-e-violencia-politica-contra-as-mulheres/>.

A cartilha aborda as facetas dessa violência que tornou-se crime após mudança feita no Código Eleitoral (Lei Federal 14.192/2021, de 4 de agosto de 2021). Também aponta os perpetradores das agressões e traz orientações para identificar os crimes e canais para denunciar criminosos.

A OAB SP abriu um canal de fiscalização para coibir candidaturas fantasmas ou fictícias e para combater violência política de gênero. As informações recebidas são apuradas e encaminhadas ao Ministério Público para investigação. Basta escrever para denuncias.candidatas@oabsp.org.br.





Lançada em abril, a cartilha é uma resposta ao baixo número de câmaras municipais que contam com estruturas voltadas para a defesa dos direitos da mulher e de combate à violência de gênero. A Procuradoria da Mulher no Senado Federal constatou que somente 690 dessas 5.568 casas têm uma Procuradoria da Mulher. A cartilha foi pensada para levar às atuais e futuras parlamentares municipais orientações na busca por espaços de representação no Legislativo, além de incentivá-las a inaugurar órgãos com a prerrogativa de defender direitos e combater crimes e injustiças, como Procuradoria da Mulher, Observatório da Violência, Corregedoria e Comitê de Equidade. E também incentiva ações coordenadas com outros órgãos, como o Ministério Público e as polícias locais.



[Baixe a cartilha aqui](#)

200 anos de conquistas femininas na história do Brasil

Foram muitas lutas e muitas conquistas que devem ser lembradas. A professora de História Joelza Ester Domingues, do Blog Ensinar História, listou todas elas, dos últimos 200 anos, e fez o infográfico que pode ser baixado gratuitamente, em alta resolução, na extensão pdf, formatos A3 e A4. Neste link:

https://ensinarhistoria.com.br/infograficos/?fbclid=IwAR2_Am9ygp8kbuKHOGAZ27nKLpT_qvNUAWIyHB5OAOZX1SBJj8uL6Y44MSk





Na sociedade brasileira, a questão racial é um dos pilares que estruturam as relações sociais. Baseado na divisão social do trabalho entre negros e brancos herdada dos 350 anos de escravidão, o racismo não será superado na vigência do capitalismo. Por isso, a luta antirracista é uma agenda emancipatória, ainda mais se considerarmos que 41% da população do Estado de São Paulo é negra (32,96% parda e 7,99% preta).

Nesse cenário, as mulheres negras são as maiores vítimas das opressões sociais e as que mais sofrem com a omissão do poder público, a desigualdade, violências e invisibilidade. Elas são a maioria no desemprego, no subemprego e na subutilização da força de trabalho, qualquer que seja a pesquisa feita sobre a população em idade ativa do país, comparadas com mulheres e homens brancos e com os próprios homens negros.

Também sofrem maior dificuldade para se recolocarem quando perdem emprego, além de ganharem menos que os homens, em todos os setores da atividade econômica, mesmo quando têm mais escolaridade. A mulher negra está mais presente nas camadas de baixa renda e de menor nível de instrução, vivendo em ambientes e condições de maior exposição à violência, dentro e fora de casa.

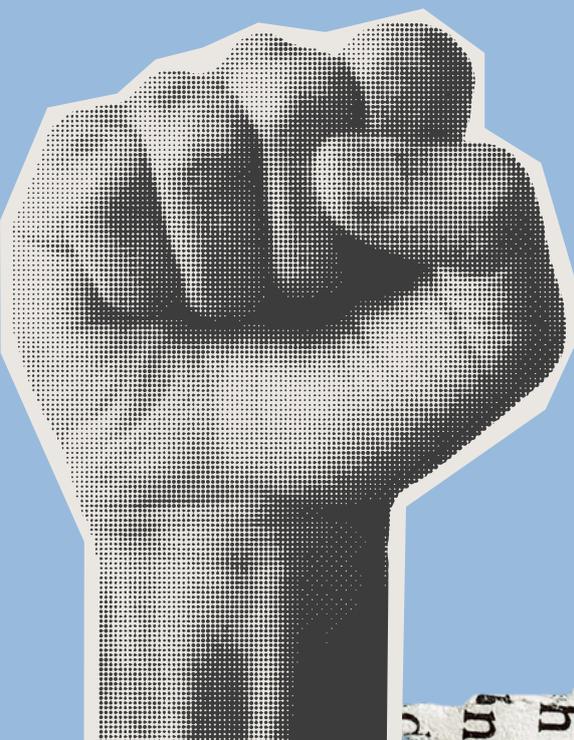
É urgente que – para haver avanços nessa luta – todas as prefeituras e câmaras de vereadores se comprometam com políticas públicas integradas e transversais para garantir direitos elementares dessa parcela populacional. Uma cidade democrática precisa ser necessariamente antirracista. E o combate ao racismo deve ser prioridade.





Elencamos mais algumas medidas que podem ser adotadas no âmbito dos municípios para combater o racismo e avançar rumo à igualdade racial.

1. Destinar orçamento municipal condizente para políticas transversais de combate ao racismo e às desigualdades.
2. Criar Secretaria Municipal de Políticas de Igualdade Racial.
3. Adotar programas de qualificação profissional, criação de emprego e geração de renda para mulheres negras, quilombolas e indígenas.
4. Implantar programa de educação permanente em saúde, baseada na Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, com foco em informação e prevenção de doenças crônicas não transmissíveis (doenças renais, hipertensão arterial, diabetes, transplantes, anemia falciforme e mortalidade materna em mulheres negras), bem como na melhoria da qualidade de vida da população negra.
5. Cumprir as leis federais 10.639/2003 e 11.645/2008, que tornaram obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas. Adquirir materiais didáticos, literaturas e bibliografias afrocentradas, em todas as disciplinas e modalidades da educação infantil, básica, superior, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e formação continuada, reservando orçamento específico para tal finalidade.
6. Implementar políticas efetivas para barrar o genocídio da juventude negra, pobre e periférica cometido em ações policiais da segurança pública, inclusive das guardas municipais.
7. Lutar por uma legislação municipal que assegure cota para negras e negros nos concursos públicos.



Atlas 2023: Violência contra pessoas negras
Painel elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) traz os principais dados de violência contra a população negra, a mais atingida por violência letal.

<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/3299-dashpessoas-negrasfinalconferido.pdf>



É nas cidades que vive a imensa maioria da população do Estado de São Paulo. É nelas que os habitantes se deparam com os problemas reais do cotidiano. Nas grandes e médias cidades, as pessoas indicam como principal problema a falta de segurança, sendo que nove em cada dez mulheres apontam essa como a maior preocupação quando se deslocam pelas cidades. Na Capital, as reclamações contra os ônibus municipais aumentaram 29% em um ano.

É nas cidades que a fila dos hospitais públicos se torna visível. É nelas que ocorrem enchentes, que a canalização de esgoto é escassa, o saneamento básico é débil, o transporte coletivo é precário, faltam casas, creches e parques. É onde a miséria se manifesta em toda crueza. São, portanto, as cidades que precisam garantir boas condições de vida, segurança, serviços públicos da melhor qualidade.

As prefeituras podem criar Secretaria Municipal de Segurança Urbana ou equivalente. E têm obrigação de garantir iluminação pública e limpeza em todas as ruas; canalização, coleta e tratamento de esgotos; água potável em todas as residências; áreas verdes em todas as regiões; sinalização das ruas; transporte coletivo decente para todos os usuários; prevenção de catástrofes climáticas; e outras medidas para o bem viver.

9 em cada 10 mulheres apontam a segurança como principal preocupação quando se deslocam pelas cidades

% fatores que mais preocupam as mulheres em seus deslocamentos



Fonte: Pesquisa Percepções e experiências das mulheres quando se deslocam pelas cidades (Instituto Patrícia Galvão/Locomotiva, 2023)



Além dessas sugestões e de outras já mencionadas nesta cartilha, devemos também exigir que todas as prefeituras tenham secretaria municipal de políticas para mulheres, porque esses órgãos têm facilidade para elaborar, integrar e otimizar políticas, programas e ações transversais. Assim como é imprescindível criar ou garantir pleno funcionamento do Conselho Municipal de Políticas para Mulheres.

Elencamos nas próximas páginas mais algumas ideias, bandeiras de luta e propostas que nossas candidaturas podem defender nesta campanha, demonstrando o compromisso do nosso Partido com uma vida melhor para todos, e principalmente melhor para as mulheres e nossas crianças e jovens. São medidas com potencial para impactar diretamente a vida das pessoas.

Saneamento básico

Neste mapa do IBGE pode-se ver dados sobre questões candentes das cidades, como a porcentagem de residências que têm conexão à rede de esgoto, abastecimento de água adequado, moradores com banheiro e coleta de lixo, entre outros dados relevantes para formulação de políticas públicas municipais.

https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/mapas.html?localidade=&tema=conexao_rede_esgoto&recorte=N3



1. Ampliar a cobertura da Atenção Básica criando o terceiro turno de atendimento, com a contratação de mais profissionais de saúde nas UBSs já existentes.
2. Aumentar as equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF) e sua cobertura de 100% nas áreas de alta vulnerabilidade social, considerando as Regionais de saúde e os dados populacionais e epidemiológicos.
3. Ampliar os ambulatorios de especialidades, garantindo no mínimo um equipamento por distrito de saúde, diminuindo o tempo de espera, descentralizando os serviços existentes, facilitando o acesso e consequente diminuição das ausências nessas consultas.
4. Adequar os leitos hospitalares, inclusive de UTIs, às necessidades do município.
5. Fazer concurso público para profissionais de saúde, a partir de levantamento da necessidade de recursos humanos e criação de carreira no SUS.
6. Fortalecer a participação social, com apoio e infraestrutura para o Conselho Municipal de Saúde.
7. Implementar a Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher, priorizando: a) garantia de que todas as gestantes façam as sete consultas de pré-natal, com atenção especial para as mulheres negras; b) a referência da maternidade para as gestantes, durante o pré-natal; c) que no puerpério a mãe siga na UBS, assim como assegurar o atendimento ao recém-nascido.



8. Cumprir a lei que assegura à mulher parturiente o direito a acompanhante durante o trabalho de parto, no parto e no pós-parto imediato.
9. Ampliar acesso a exames preventivos de câncer de mama e de colo do útero, com garantia do tratamento em tempo adequado.
10. Assegurar o direito à reconstrução da mama na mesma cirurgia em que ocorreu a retirada do tumor cancerígeno (Lei 12.802/2013).
11. Garantia dos Direitos Sexuais e Reprodutivos desde a Atenção Básica.
12. Garantir atendimento aos casos de aborto previstos em lei.
13. Implementar programa de prevenção da gravidez na adolescência.
14. Implementar ações para combater a violência obstétrica.
15. Ampliar as equipes do programa de acompanhante aos idosos e garantir a quantidade necessária de instituições de longa permanência para acolhimento digno aos que não possuem vínculos familiares.
16. Estimular a população a doar sangue.





h

á

e

1. Ampliar a participação da comunidade escolar em espaços consultivos e deliberativos, garantindo a representatividade de gênero para o corpo docente, os outros trabalhadores da educação e os estudantes.
2. Fortalecer os conselhos e fóruns locais de gestão e controle social das escolas e instrumentos regionalizados, como observatórios educacionais, que debatam as políticas educacionais e seus parâmetros.
3. Incentivar a organização de grêmios estudantis.
4. Garantir qualidade nutricional e amplo alcance da merenda para todos os alunos da rede municipal.

h

á

e

e

1. Fazer concurso público para todos os cargos, renovar o plano municipal das carreiras e adotar política séria de ocupação dos cargos gerais da educação.
2. Pagar o piso nacional, salários dignos e condições melhores para o trabalho docente.
3. Estabelecer um sistema de formação geral que respeite as potencialidades dos servidores da Educação.



m

j

1. Garantir creches e ensino fundamental públicos e em tempo integral: zerar a fila por vagas na educação infantil para crianças até 5 anos e ampliar o horário de funcionamento dos CEIs (ou equivalentes); construir novas creches nas regiões onde faltam vagas; propiciar que todas as gestantes que fizerem o pré-natal na rede pública tenham garantia de vaga em creche.
2. Desenvolver nas escolas públicas o projeto Maria da Penha Vai à Escola Educar, para prevenir e coibir violências contra as mulheres.
3. Implementar programas de alfabetização de mulheres com incentivos para a continuação dos estudos até a universidade.
4. Ampliar a conectividade e combater a exclusão digital, com investimento em tecnologia, banda larga e equipamentos eletrônicos; adoção de plano de internet, computador e chip gratuitos para todos os alunos e professores da rede pública.
5. Apoiar projetos que estimulem educação e divulgação científica dentro da escola e nas comunidades da periferia, incentivando a experiência científica em todas as idades e para todos os gêneros.
6. Propiciar formação continuada para os profissionais da educação sobre os direitos da comunidade LGBTQIA+ (uso do nome social, utilização de banheiros, etc.); implementar currículo que contemple a diversidade (gênero, etnia, raça, idade, religião, orientação sexual, linguística, geográfica, pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação e outras) na rede de ensino; e estimular o respeito aos direitos humanos.
7. Viabilizar ações contínuas, no ambiente escolar, de combate ao machismo, ao racismo e à homofobia.
8. Assegurar acessibilidade nas escolas.
9. Adotar programas de saúde integral de alunos, educadores e servidores da educação, especialmente programas de atenção à saúde mental dos estudantes, para identificar e tratar ansiedade, angústia, medo, tristeza, depressão e estresse.





I

1. Aplicar o Estatuto da Cidade e da Metr pole obrigando os municípios a cumprirem a legisla o que os manda terem Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e planos auxiliares realizados de fato, não apenas para libera o de verba em proporcionalidade populacional, mas aprovados para a realidade das cidades, dos aglomerados urbanos e das regiões metropolitanas.
2. Adotar metas para suprir o déficit habitacional e, assim, desenvolver a economia e a industrializa o local, incentivando os centros tecnológicos estatais, institutos, universidades e parques tecnológicos públicos.
3. Aplicar a Lei Federal de Assistência Técnica para habita o de interesse social (Lei 11.888/2008), com fundo aut nomo nos municípios e conselhos de habita o, após a garantia de terras para habita o nos marcos legais do artigo 1 .
4. Assegurar que a prefeitura, por meio de seus órgãos de políticas urbanas e habita o, faça levantamento e destina o de áreas públicas ociosas para constru o de moradias de interesse social, conjuntamente com regulariza o fundiária de áreas estaduais, priorizando a ocupa o por mães solo e mulheres arrimo de família (sabendo-se que as mulheres negras e pobres são a maioria nesta condi o).

I

1. Fazer controle tecnológico de materiais da constru o civil, setor que passa por grandes transforma es que mexem no campo do trabalho; compartilhar conhecimento em p  de igualdade com outras áreas do conhecimento.
2. Desenvolver projetos e controle da cadeia produtiva da constru o civil; defender as pequenas e m dias empresas; destravar crédito.
3. Incentivar a cria o de banco de materiais municipais e redes de economia solidária voltadas para a constru o civil.





t

1. Incentivar o urbanismo produtivo, que consiste em incorporar elementos socioeconômicos e históricos para compor o imaginário coletivo para a fixação permanente ao novo território; isso propicia geração de renda, empreendedorismo e atividades culturais e ambientais que não eliminam a identidade da comunidade originária.
2. Implantar equipamentos coletivos como cozinhas, lavanderias e creches em áreas da periferia; também implementar creches e Emeis em condomínios verticais e horizontais em regiões de maior valorização de mercado, para trabalhadoras e trabalhadores urbanos.
3. Incentivar cooperativismo e empreendedorismo coletivos e igualitários, para diminuir a aridez territorial que obriga comunidades a grandes deslocamentos que geram riqueza em local alheio, enquanto poderia ser produzida no próprio território.
4. Promover arquitetura efêmera para situações emergenciais. Por exemplo: montagem de equipamentos sociais em épocas de pandemia e de unidades residenciais em caso de catástrofes ambientais e crises econômicas que atinjam trabalhadores desempregados e em situação de rua, com prioridade para mulheres e pessoas trans e LGBTQIA+ e especial atenção para higiene e saúde das pessoas atendidas. Além de moradias, prover pias e banheiros públicos em locais de grande circulação.
5. Implantar Vilas (instituições de longa permanência) para idosas e idosos nas cidades.





1. Plano municipal para gerar emprego e renda, diminuir a pobreza e movimentar a economia local.
2. Programa de renda básica para quem está sem emprego, priorizando as mulheres chefes de família.
3. Conjunto de medidas que prevejam microcrédito para mulheres empreenderem seu próprio negócio; incentivo a cooperativas de trabalho de mulheres; auxílio às micro e pequenas empresas; linhas de crédito para programas de incubação de empreendimentos da economia solidária.
4. Fortalecimento de mecanismos de proteção social ao longo da vida.
5. Redução e redistribuição do trabalho doméstico e investimento em serviços sociais com foco nas mulheres (lavanderias coletivas, restaurantes comunitários e creches públicas), conforme abordado no capítulo da política de cuidados.
6. Participação igual de mulheres em cursos de especialização e reconhecimento de sua qualificação.
7. Abono de dias para levar filhos ao médico.
8. Ampliação da licença-paternidade ou parental (pai e mãe decidem quem ficará com o filho e por qual período cada um).
9. Criação de selo “Empresa Amiga das Mulheres”, concedendo incentivos fiscais às empresas que adotarem políticas para a equidade de gênero.
10. Gratuidade para pessoas de 60 a 64 anos no transporte coletivo municipal.
11. Passe livre no transporte público para trabalhadores desempregados à procura de emprego (as mulheres são boa parte das pessoas que precisam se deslocar).



1. Garantir espaços de tomada de decisão para as jovens na formulação e aplicação das políticas públicas para a juventude.
2. Implementar incentivos específicos ao primeiro emprego para as jovens, de modo que elas possam conciliar trabalho com estudo e família.
3. Assegurar políticas de inclusão ao primeiro emprego que respeitem a integridade física e emocional e a formação das jovens.
4. Garantir a permanência das jovens mães na escola.
5. Sistematizar e implementar o Plano Municipal de Juventude, com atenção para jovens negras e meninas moradoras de bairros periféricos.
6. Adotar políticas específicas para enfrentar a violência doméstica sofrida pelas meninas.
7. Estimular campanhas de conscientização nas escolas sobre assédio, abusos e todo tipo de violência sexual que as meninas sofrem em casa; e também para que as escolas cada vez mais se tornem espaço de acolhimento às crianças vítimas e de denúncia desses crimes.
8. Levantar dados que permitam análise concreta da realidade das jovens em cada município, em suas diferentes classes e distintos territórios, para formulação de planos e programas direcionados.
9. Criar espaços públicos de conectividade e tecnologia para a juventude.
10. Assegurar programas de cultura, esporte, lazer e recreação gratuitos e permanentes nos municípios.

11. Construir novos parques públicos, praças, ginásios, quadras, campos, pistas, rampas e ruas de lazer nas cidades, para disseminar a prática de atividade física, de modalidades esportivas tradicionais e também dos chamados esportes urbanos (skate, patins, ciclismo, slackline); reformar essas estruturas onde elas estejam degradadas.
12. Criar programas de cuidados com o meio ambiente tendo como pilar a participação dos jovens, de forma transversal, educativa e prática.
13. Incrementar programas de mobilidade urbana gratuita para todos os lugares das cidades e entorno.
14. Ampliar o acesso a métodos contraceptivos para adolescentes; e organizar campanhas informativas sobre sexualidade entre adolescentes, gravidez precoce e paternidade responsável.
15. Incentivar parcerias entre o poder público e a sociedade civil para potencializar o ativismo social da juventude em trabalhos voluntários.



Mulheres na Uencia

UNESP Araraquara



A capacidade criativa das mulheres para resolver problemas deve ser aproveitada para o desenvolvimento do Brasil, soberano e democrático. A produção científica das mulheres pode ser ainda maior. Mas para que deixemos de ser uma potência subutilizada é necessário combater a misoginia que permeia o ambiente de pesquisa no país.

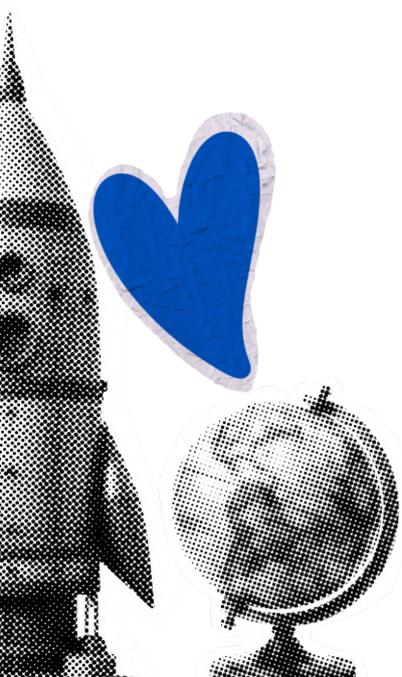
Enquanto o trabalho de reprodução social recair tão desproporcionalmente sobre as mulheres, elas terão sua contribuição ao desenvolvimento nacional (laboral, intelectual, cultural, etc.) desvalorizada e invisível, mesmo sendo essencial.

Por isso, é fundamental estabelecer políticas que diminuam o impacto da maternidade na vida das acadêmicas para que consigam se dedicar à carreira científica. Para além de fazer justiça com as mulheres que atuam na produção científica e tecnológica do país, é uma questão estratégica para o desenvolvimento nacional. Uma nação que se pretende desenvolvida científica, tecnológica e socialmente não pode prescindir do potencial criador e da imensa capacidade de trabalho de mais de metade da sua população.

No âmbito dos municípios, deve-se incentivar a curiosidade das crianças e dos jovens pelo saber e o fazer científicos e oferecer condições àqueles, especialmente as meninas, que se interessem por aprender e seguir esse caminho tão valioso para a humanidade.

Guia Eleitoral do PCdoB

O documento traz informações completas sobre a disputa municipal deste ano. Desde a escolha das candidaturas, as convenções eleitorais do PCdoB e da Federação Brasil da Esperança – que o nosso Partido compõe junto com o PT e o PV –, passando pelo planejamento da pré-campanha e da campanha, a propaganda eleitoral (com novas regras), as finanças das candidaturas, até a prestação de contas e o dia da eleição propriamente, com atenção para o quociente eleitoral e o quociente partidário, tudo isso está no guia, documento essencial para as candidatas, os candidatos, suas equipes e as direções do Partido. Baixe aqui: https://pcdob.org.br/wp-content/uploads/2024/05/Guia-eleitoral-2024_final_revisado-1.pdf





O deputado federal Orlando Silva é um defensor dos direitos das mulheres e das nossas lutas. Quando foi vereador na Capital, ele fez a lei que assegura 50% de vagas femininas nos Conselhos Municipais de controle social, participação popular e fiscalização de recursos públicos. Exemplo: Conselho Municipal de Saúde, de Educação, Habitação e todos os demais.

Durante a pandemia, foi relator da lei que autorizou o governo a gastar o que fosse necessário para amparar as famílias. Foi também relator do Programa Emergencial de Emprego e Renda, fez projeto para fila única de UTI nos casos de Covid-19 e foi à Justiça para garantir merenda aos alunos das redes públicas do estado, entre outras tantas iniciativas.

Ele é incansável na luta para regulamentar a atuação das plataformas digitais (as chamadas big techs) que disseminam fake news impunemente e causam gigantescos prejuízos à nossa vida e à democracia. Orlando acaba de ser eleito pela 10ª vez consecutiva como um dos “cabeças” no Congresso Nacional pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). Orgulho para o nosso Partido.





Portal do PCdoB <https://pcdob.org.br/>

Página da Secretaria Nacional de Mulheres <https://mulher.pcdob.org.br/>

Manifesto “Vamos construir o feminismo popular! Todo dia uma luta, todo dia uma esperança!” <https://mulher.pcdob.org.br/petition/manifesto/>

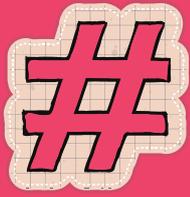
<https://www.instagram.com/mulheresdopcdob/>

<https://www.facebook.com/MulherPCdoB>

<https://www.instagram.com/pcdob.sp/>

<https://www.facebook.com/pcdob.saopaulo>

Fale conosco pelo mulheres.pcdobsp@gmail.com



v s a a a



EXPEDIENTE

Presidente estadual do PCdoB: Rovilson Britto
Secretária de Mulheres: Julia Roland

Fórum Estadual Pela Emancipação das Mulheres

Julia Roland (Coordenadora), Ana Martins, André Bezerra, Bia Alarcon, Bia Aragão, Bruna Lemos, Carlos Artioli, Claudia Rodrigues, Cleide Almeida, Denise Teijeiro, Elisangela Lizardo, Jeizza Andrade, Joanne Mota, Karina Sampaio, Lenice Antunes, Lídia Corrêa, Mariana de Rossi Venturini, Mirlene Simões, Mônica Pimenta, Nádia Oliveira Gomes, Rozina Conceição, Sérgio Benassi, Sidnéia Soares

Produção desta Cartilha
Textos e edição final: Sueli Scutti (MTb 26.371-SP)
Diagramação: Akessan Comunicações
Capa (edição de imagem): Akessan Comunicações





F E M I N I S M

